

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO



SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DO PORTO

2008



PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO





**“ No sector da economia social o lucro não é um fim.
Mas é um meio para atingir o fim”.**

**in “ Instituições sem fins lucrativos”
PETER DRUCKER**



PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO





CORPOS GERENTES

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Jorge Rui Moia Pereira Cernadas – *Presidente*
Fernando José Faria Magalhães
Francisco Ribeiro Silva
Nuno Magalhães Silva Cardoso

MESA ADMINISTRATIVA

José Luís Novaes – *Provedor*
António Manuel Lopes Tavares – *Vice-Provedor*
Joaquim Manuel Faria e Almeida – *Vice-Provedor*
António Matos Chaves – *Secretário Geral*
Fernando Gomes – *Tesoureiro*
Albino Aroso – *Projectos Especiais*
António Ferreira dos Santos – *Culto e Cultura*
Filipe Macedo – *Educação e Ensino Especial*
Flora da Silva – *Criança e Mulher*
Henrique Fabião – *Património*
Manuel Álvaro Rodrigues – *Intervenção Social e Geriatria*
Manuel Costa e Almeida – *Saúde (Hospital da Prelada)*
Maria Cândida Morais – *Saúde (CHCF)*

DEFINITÓRIO

Levi Eugênio Ribeiro Guerra – *Presidente*
António Fernando Mendes Pedroso
Manuel Luís Coelho Moreira Janeira
João Manuel Borges Antão
Joaquim Sabino Rangel Pamplona



PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO





INTRODUÇÃO

No cumprimento dos imperativos legais e estatutários, vem a Mesa Administrativa submeter à apreciação da Assembleia Geral o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2008.

Para a Mesa Administrativa, a Santa Casa da Misericórdia do Porto tem que assumir, na sua acção, um protagonismo de liderança, no plano da intervenção social, de acordo com o estatuto e a história, que a sua experiência, dimensão, capacidade e vocação legitimam, num contexto que, inevitavelmente, evolucionará para um envolvimento crescente e determinante da sociedade civil, intervindo na resolução dos problemas sociais com que a comunidade se defronta e que o princípio da solidariedade social, de inspiração cristã, mas hoje universalmente aceite, como muitos outros, reclama.

Enfrentar o século XXI, com sustentabilidade, provocou que a Mesa concluísse que se torna indispensável preparar a Instituição para, em termos estruturais, organizacionais e operativos, dar resposta aos novos desafios, com os quais terá que se confrontar durante os próximos anos.

Mas esta tarefa não compete apenas à Mesa Administrativa, antes se estende a toda a Irmandade, cuja participação activa, postura, crítica construtiva e empenhamento solidário agradecemos e iremos, continuamente, apelar.

Temos consciência que o mandato, ora iniciado, pode e deve representar um novo tempo para a Misericórdia do Porto, como a maior Organização não Governamental (ONG) portuguesa e uma das maiores ao nível mundial.



PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO





I – ENQUADRAMENTO INSTITUCIONAL

Após a profunda crise que se abateu sobre a economia mundial e nacional, a retoma económica, apesar de indiscutivelmente iniciada, não parece ainda capaz de permitir perspectivar um significativo alívio das actuais tensões e problemas sociais.

A economia social representa, em Portugal, 3,9% do Produto Interno Bruto, cujas características deste SECTOR NÃO LUCRATIVO da economia, ou terceiro sector para alguns, assentam numa matriz conjunta que se podem enunciar do seguinte modo:

- AUSÊNCIA DE MEDIDA DE LUCRO
- MAIOR LIMITAÇÃO NOS FINS E ESTRATÉGIAS
- GRANDE DEPENDÊNCIA EM RECURSOS FINANCEIROS ORIGINADOS EM CONTRIBUINTES
- PRESTAÇÃO DE CONTAS DIFERENTE DAS ENTIDADES LUCRATIVAS
- GESTÃO DE TOPO COM MENORES RESPONSABILIDADES E RECOMPENSAS FINANCEIRAS
- FALTA DE TRADIÇÃO DE CONTROLO DE GESTÃO
- TENDÊNCIA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS.

(FONTE: ANTHONY E HERLINGER, 1980 CITADO EM PARSONS, 1997 E REFERIDO POR CORREIA DE CAMPOS 2005)

Portugal debate-se pois, com uma grave crise, que faz emergir a necessidade de Instituições da sociedade civil, com demonstrada capacidade, poderem participar na gestão da coisa pública.

O espectro de um elevado índice de desemprego mantém-se e, no ponto de vista de muitos, com carácter duradouro e estrutural, sendo a causa principal de graves disfunções sociais e individuais, donde se destaca, como uma das mais preocupantes, as elevadas taxas de criminalidade.

A esperança de vida aumenta globalmente e o crescimento populacional, se bem que desigualmente repartido em termos geográficos e sociais, persiste acelerado.

O fenómeno da globalização, de que a internacionalização e liberalização das economias constitui a mais evidente manifestação, está em marcha, mas o balanço estimativo dos seus benefícios e custos sociais é incerto e o sistema capaz de assegurar uma repartição mais equitativa de ambos é ainda de resultados frágeis.



O Estado-Providência, concebido como garante de uma equidade distributiva, tem vindo a ser colocado em causa e muitos autores preferem falar de um Estado – Garantia.

Em Portugal, as funções sociais do Estado, com um crescimento da economia de 2,4% em 1995, absorviam 67% dos respectivos impostos até aos 88% dos dias de hoje. O Estado utilizou 74% do aumento da carga fiscal para financiar as suas funções sociais. Esta leitura, dos recursos afectos ao sector social, implica um grande rigor na gestão destes fundos, para satisfazer as necessidades dos mais desfavorecidos.

A transferência para a sociedade civil e para a iniciativa privada, de um importante leque de funções do Estado, pacificamente aceite como inevitável, não parece, todavia, de fácil concretização, seja porque mexe com poderosos interesses estabelecidos, seja porque implica custos sociais de transição elevados, dado que pressupõe um modelo de sociedade civil capazmente organizado e eticamente preparado para se assumir como alternativa credível.

As dificuldades, em que se encontra o Estado-Providência, reclamam de Instituições, com a especificidade que a Misericórdia do Porto tem, um papel mais activo na sociedade. Papel esse que só poderá ser desempenhado num contexto de redistribuição da riqueza, segundo o princípio universal “dos que podem aos que necessitam”.

O financiamento das Instituições Particulares de Solidariedade Social é hoje, também, uma questão central, cujo debate sério importa realizar, nos mais diversos fóruns, de modo a que não se alimentem falsas expectativas e falsas situações, nem se procurem os caminhos da ilusão, que o facilitismo, na análise das diferentes situações de precariedade sócio-económica, pode levar.

Instituições como as Misericórdias, pela sua natureza, experiência e especial vocação, assumem um protagonismo determinante e de primeira grandeza, de que não podem, responsabilmente, alhear-se ou demitir-se, sob pena de perderem a sua identidade e razão de existir.

Num momento de uma nova ordem institucional, a Mesa Administrativa decide avançar com algumas propostas de reforma estrutural, que permitam à nossa Instituição enfrentar, os próximos tempos, com tranquilidade e responsabilidade.

II – PRIORIDADES ESTRATÉGICAS PARA 2008

- a) O reforço da consolidação económico-financeira da Instituição, condição indispensável à manutenção sustentada das actividades por ela já desenvolvidas e à de novas actividades a desenvolver.



- b) Prossecução de uma política de racionalização e contenção dos custos de funcionamento, que se traduzirá na melhoria dos resultados operacionais, concretizada, nomeadamente, na gestão integrada dos recursos humanos, na modernização e simplificação dos métodos e dos procedimentos de trabalho, no rigor e transparência permitidos pela centralização das aquisições de bens e serviços comuns às necessidades dos diferentes Estabelecimentos da SCMP.
- c) Reestruturação dos sectores da Intervenção Social e Geriatria, Educação e Saúde, onde é possível obter melhorias da qualidade dos serviços prestados aos utentes dos Estabelecimentos, seja no plano logístico, seja nos planos social e humano.
- d) Lançamento de novas iniciativas, quer no âmbito do reforço das áreas onde a *Santa Casa* já intervém, quer, ainda, no âmbito de novas áreas socialmente relevantes e carenciadas de resposta.
- e) Reforço da imagem externa da Instituição e das acções tendentes à sua abertura à sociedade civil, em geral, e à cidade do Porto, em especial.

III – ACÇÕES A DESENVOLVER

A) Gestão do Património

1) *Informatização da gestão de todo o património imobiliário*

Constitui um instrumento indispensável à prossecução de uma política de valorização do património da Instituição, à crescente melhoria da sua rentabilidade e à racionalização dos seus custos de conservação, pelo que é uma prioridade assumida como estratégica para esta Mesa.

2) *Um Plano para o Património*

O desenvolvimento de parcerias, para o aproveitamento de algumas parcelas do património e eventual celebração de outros tipos de acordos com diferentes entidades, especializadas no ramo imobiliário, nomeadamente no da elaboração de estudos de viabilidade de terrenos e imóveis e respectivos projectos de construção, marketing e comercialização.

Criação de mecanismos financeiros, com vista à rentabilização do património da SCMP, que dessa forma, irão proporcionar a libertação de recursos financeiros impossíveis de obter sem implicar a sua alienação.

3) *Imóveis em compropriedade*

Extinção de todas as situações de compropriedade de imóveis, o que se concretizará pela compra, venda ou permuta dos respectivos direitos.



4) *Permutas Imobiliárias*

Conclusão da negociação, com a Câmara Municipal do Porto, da aquisição, por permuta e outras compensações, do terreno situado entre a via de cintura interna e o Parque de Campismo da Prelada, área que se reputa indispensável à reconversão desse parque num espaço de lazer multifuncional, susceptível de potenciar a sua utilização média anual e, conseqüentemente, a sua maior rentabilidade.

5) *Plano de Segurança de Instalações e Edifícios*

Implementação das modernas regras para segurança de instalações, edifícios, bens e pessoas, de modo a dotar a SCMP das melhores condições para o efeito.

Realização de simulacros de evacuação de pessoas e bens.

6) Reavaliação de todos os projectos de arquitectura e conseqüente criação de uma estrutura central de afectação de recursos neste domínio.

B) Recursos Humanos e Formação Profissional: prossecução da política de racionalização e contenção dos custos de funcionamento.

1) *Avaliações de desempenho*

Ao nível dos Recursos Humanos, o aperfeiçoamento de um sistema de avaliação anual de desempenho dos colaboradores da *Santa Casa*, como suporte objectivo de uma justa política de promoções, progressão horizontal na carreira, remuneração, motivação e realização profissional dos mesmos.

2) *Sub-contratação de serviços*

Prosseguimento da política de sub-contratação de serviços, sempre que possível, em ordem ao aligeiramento e flexibilização da estrutura dos recursos humanos da *Santa Casa*.

Neste quadro surge a necessidade de Implementação de uma Central de Compras, visando a racionalização na aquisição integrada de bens e serviços.

3) *Controlo de custos e proveitos*

Aprofundamento dos critérios de controlo e análise de custos e proveitos e intensificação do diálogo com os responsáveis dos respectivos centros de imputação.

4) *Métodos e procedimentos de trabalho*

Simplificação dos métodos e procedimentos de trabalho, nomeadamente pela revisão, racionalização e normalização da documentação de uso interno e externo,



com a conseqüente reformulação em termos da imagem institucional, sua utilização e circuitos, com recurso à Internet, e à implementação de uma Intranet ferramenta, hoje em dia, indispensável numa organização com a dimensão da SCMP.

C) Intervenção Social e Gerontologia

A Mesa Administrativa entende que se torna necessário reformular toda a estrutura e funcionamento desta importante e tradicional área de intervenção da SCMP, desde logo, começando pela proposta de alteração e actualização dos Regulamentos existentes nesta área.

No âmbito do Regulamento da Caixa Privativa, cujo passivo acaba de ser liquidado junto do Estado, a que acresce o facto de já não existir nenhum beneficiário no activo e, no regime de aposentação, o número vem a sofrer as conseqüências da lei da vida, torna-se necessário introduzir reformas que possibilitem criar mecanismos que fundamentem a actualização dos preçários em vigor, melhorem o quadro negocial com a Segurança Social e criem cenários económico-financeiros sustentáveis.

O actual panorama não pode deixar de esclarecer da premência dessa actuação nos Lares, a saber:

1) Lar de Pereira Lima

Em 1999 foram iniciadas obras de remodelação, subsidiadas pela Segurança Social, tendo a Câmara Municipal de Gaia embargado essas obras em Junho de 2000!

A regularização de todo o processo será naturalmente prioritária, tendo sido concluído um estudo prévio que definiu as alterações que serão necessárias realizar face à legislação em vigor.

2) Lar da Quinta Marinho

Em relação às actuais instalações, resultantes da adaptação do antigo lar de estudantes da Escola de Enfermagem Ana Guedes, há um plano de obras de recuperação, já parcelarmente executado e que importa concluir.

Por outro lado, com implantação prevista para os terrenos anexos, está projectada a construção de uma nova unidade, João Paulo II, destinada a Lar de Idosos, com perfil misto, onde a Ala Privada terá uma capacidade de 40 utentes e a Ala Social de 60 utentes. Este equipamento obteve um parecer preliminar favorável da Segurança Social; tem o Projecto de Arquitectura aprovado pela CMP e será reavaliado, de modo a constituir uma unidade rentável, o que se justifica aguardar-se o resultado de uma



candidatura ao Programa de Alargamento da Rede de Equipamentos Sociais (PARES) cujo investimento global se aproxima dos 2.500.000 €.

3) *Lar Nossa Senhora da Misericórdia*

Criação de um serviço de Apoio Domiciliário, com base logística nesta unidade, cujo enquadramento terá, como linha de referência, as novas políticas governamentais para o sector.

O projecto de eventual expansão das instalações será objecto de reavaliação.

4) *Remodelação do Hospital de S. Lázaro*

As obras de remodelação de uma das alas terminaram, devendo estar, em breve, concluído o processo de recepção da respectiva obra.

Por outro lado, a Administração Regional de Saúde do Norte não aprovou a área destinada à criação de um Centro de Saúde, pelo que a Mesa vai propor uma nova utilização para esse espaço.

5) *Centro Apoio Emergência ao Idoso (CAEI) – a funcionar no Instituto Araújo Porto*

A funcionar nessas instalações desde 1999, apenas um piso dessas instalações está ocupado pelos 25 utentes aí institucionalizados, todos abrangidos por um acordo especial com a Segurança Social, que é quem selecciona as admissões.

A candidatura, apresentada ao Programa PARES, prevê um investimento de 1.600.000 €, o que implica ponderar as decisões a tomar neste domínio.

A tipologia e idade desse edifício, a sua localização numa zona nobre da cidade e a já referida sub-ocupação são factores a ter em conta na ponderação que a Mesa se propõe fazer sobre o futuro deste Estabelecimento e a respectiva operacionalidade.

6) *Casa da Rua*

Reavaliação do projecto, que data de 1995, e cujo contexto tem sofrido profundas alterações, o que exige uma reavaliação cuidada e atenta.

7) *Novos Projectos*

Quanto a iniciativas a lançar nesta área, serão criadas, de imediato, as condições para três novos projectos.

Em articulação, com o pelouro da Criança e Mulher, o **CENTRO DE APOIO ÀS MÃES ADOLESCENTES**, reúne as condições, no âmbito do programa estatal do Centro de Apoio à Vida (CAV), para obter apoios governamentais, participando na prevenção das mais variadas disfunções sociais e individuais.



Um Programa de Voluntariado

Iremos consumir a adesão da SCMP ao Serviço Municipal de Apoio ao Voluntariado, criado pela Câmara Municipal do Porto, e fazer aprovar o novo Regulamento do Voluntário, capaz de motivar a participação dos Irmãos, e de outras pessoas de boa vontade, na vida dos Estabelecimentos da Misericórdia do Porto. Além dos referidos aspectos, será criado o **Banco de Solidariedade Social**, como projecto de voluntariado, que pretende envolver a responsabilidade social de toda a comunidade.

Não existem hoje projectos que permitam a troca ao nível de vestuário, brinquedos, mobiliário, computadores e outros, os quais, muitas vezes, disponibilizados pelas famílias e empresas, não encontram resposta de absorção e criam muitos problemas ambientais.

A Santa Casa da Misericórdia do Porto deve liderar o lançamento de um projecto desta dimensão, cuja matéria prima será reunida através dos canais normais de solidariedade e do envolvimento da sociedade civil e onde a afectação de recursos humanos não implica necessidades extraordinárias, porque poderá ser realizada através de programas de voluntariado.

As condições necessárias resultarão através de acções de responsabilidade social, envolvendo empresas e famílias que se possam associar e, deste modo, a dotar este banco de capacidade material de resposta.

D) Criança e Mulher

1) Colégio do Barão de Nova Sintra

Dotar este Estabelecimento de capacidade de resposta a novas iniciativas na protecção de menores e sua inserção social, melhorando as condições de instalação.

2) Casa de Santo António

Optimizar a capacidade deste Estabelecimento, no sentido de permitir uma resposta por parte da Santa Casa, cujos resultados facilitem o cumprimento dos nossos objectivos.

E) Educação

Criação de uma escola básica integrada no âmbito do espaço constituído pelo Colégio Nossa Senhora da Esperança e a Escola Cal Brandão, de modo a criar condições para a rentabilização deste Estabelecimento.



Preparar a fusão do Instituto S. Manuel com o Instituto Araújo Porto, criando o Centro Integrado de Apoio à Deficiência (CIAD).

Recuperação e aproveitamento da ala antiga do Instituto Araújo Porto.

F) Saúde

1) Centro Hospitalar Conde de Ferreira

Aprovar o Plano Director do CHCF, de modo a criar um documento estratégico que funcione de modelo para o quadro de investimentos a realizar no triénio 2008-2010.

Além da entrada em funções de novas valências, a inauguração da Clínica de Hemodiálise e Instalação das zonas logísticas de socorro médico do INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica, é intenção desenvolver novas respostas nas áreas das residências medicalizadas e nos cuidados continuados de doentes com Alzheimer, e também para Toxicodependentes, e melhorar a intervenção na área da saúde mental, cuja importância histórica não podemos deixar de salientar.

Comemorar os 125 anos do CHCF, reafirmando a firme vontade da SCMP em voltar a elevar os níveis de qualidade e assistência daquele que se pretende seja um “campos de saúde” do Porto.

2) Hospital da Prelada – Dr. Domingos Braga da Cruz

Um Plano Estratégico para o Hospital da Prelada justifica o forte investimento proposto no Orçamento para 2008 e que se pode fundamentar numa palavra: modernização.

Inaugurado no final da década de 80, o Hospital tem o seu modelo contratual definido em sede de Serviço Nacional de Saúde, para o prazo de 20 anos. Este prazo termina em 2008, o que implica uma nova forma contratual do relacionamento com o Estado.

O Plano, em causa, assume renovada importância e deve possibilitar a gestão integrada do Hospital, a especialização dos seus custos e proveitos, por tipo de actividades nele exercidas, e a racionalização e melhor eficácia dos cuidados de saúde nele prestados.

O reforço da componente privada, em matéria dos cuidados de saúde prestados pelo Hospital da Prelada, nomeadamente a nível segurador e empresarial e cooperativo, aparece como uma forma decisiva de optimização dos excedentes de capacidade e redução da sua dependência em relação ao Estado.



G) Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo

Conclusão do processo negocial com o Ministério da Justiça, com vista à renovação do protocolo de Parceria Público – Privada, na gestão do Estabelecimento Prisional de Santa Cruz do Bispo, permitindo intervir numa das Obras de Misericórdia.

O desenvolvimento do projecto da **Loja da Solidariedade** poderá funcionar como um bom exemplo de novas práticas na reinserção social das reclusas.

H) Culto e Cultura

1) Inventariação e Restauro do Património Artístico

Conclusão da inventariação do património mobiliário artístico e continuação do restauro do mesmo, já iniciado este ano, relativamente à paramentaria e outras áreas.

2) Museu da Misericórdia e Arquivo Histórico

Desenvolvimento do projecto “Museu da Misericórdia” e Arquivo Histórico, através da nomeação da respectiva Comissão Instaladora, como forma de melhor preservar o seu património artístico, abrindo-o à Comunidade e criando, através dele, uma fonte potencial de receitas, susceptíveis de aliviar os gastos com a sua preservação e conservação.

3) Igrejas da Misericórdia

Iniciar um programa voltado para um melhor aproveitamento das componentes musicais dos Órgãos das Igrejas da Misericórdia e de Nossa Senhora da Esperança.

I) Quinta d’Alva

Com o investimento realizado nos últimos anos, será possível dotar a Quinta d’Alva de condições que permitam a sua rentabilidade económica, num melhor aproveitamento das suas capacidade agrícolas nas componentes do azeite, vinho e laranjas.

Na parte afecta a Turismo, será possível reforçar a capacidade de utilização, por parte dos Irmãos que assim o pretendam.

J) Política de Imagem e Comunicação Global

No âmbito deste objectivo insere-se:

- 1) Uma nova dinâmica para o Gabinete de Comunicação e Imagem, o desenvolvimento da sua actividade e apetrechamento adequado, através do recurso a entidades externas que, na área do marketing, da imagem e da comunicação social, permitam obter sinergias de ganho em notoriedade e relevância social.



- 2) A continuação da publicação do Boletim da *Santa Casa*, agora em formato *semestral*, e o lançamento do sítio da SCMP, como espaço de intercâmbio com a comunidade.
- 3) Disponibilidade no sítio www.scmp.pt de toda a informação relevante para a Irmandade, utilizando-o como a principal ferramenta de contacto com os Irmãos.

IV – NOTAS FINAIS

A Mesa Administrativa considera que o presente Plano de Actividades e Orçamento representa um esforço realista, por parte da Instituição, criando um modelo de auto sustentabilidade, que não coloque em causa o futuro da Instituição.

Por isso, a sua principal acção conduziu à criação de uma nova estrutura orgânica que potencialize a gestão integrada de recursos humanos e financeiros, concentrando serviços e optimizando sinergias internas. Do mesmo modo, a execução orçamental vai ser acompanhada com maior rigor e a criação do Departamento de Auditoria Interna vem permitir poder estar atento aos modelos de gestão a implementar e aos mecanismos de correcção necessários.

A Mesa Administrativa tem consciência que o sucesso das suas propostas é, também, o sucesso de todos nós e da comunidade que pretendemos servir.

Porto, 15 de Novembro de 2007



ORÇAMENTO

Na elaboração do Orçamento para 2008, foram tomados, como referência, os valores reais verificados até Junho de 2007, bem como a respectiva exploração para o final do exercício em questão.

1. Ao nível dos proveitos

Considerou-se que os proveitos aumentarão, aproximadamente, 2,5%, em relação aos valores que, previsionalmente, serão atingidos em cada rubrica no fim do exercício, com as seguintes excepções:

- Os serviços do Hospital da Prelada estão condicionados ao Contrato-Programa celebrado com o Ministério da Saúde.
- Os Proveitos do Estabelecimento Prisional Especial de Santa Cruz do Bispo são indexados às tabelas do protocolo assinado com a Direcção Geral dos Serviços Prisionais.
- As receitas do Parque de Campismo serão nulas em 2008.
- As participações do C.R.S.S. crescerão 2,3%.
- Os “Proveitos e Ganhos Extraordinários” referem-se à transferência de proveitos associados a activos (subsídios ao investimento).

2. Ao nível dos Custos

Os pressupostos aplicados aos proveitos são válidos também para os custos, exceptuando:

- Os “Custos com o Pessoal” crescerão 2%.
- O aumento da rubrica “Amortizações” é resultante dos investimentos iniciados em 2007 e concluídos em 2008.

3. Ao nível dos Investimentos

Para recuperar alguma capacidade instalada, nomeadamente:

- Hospital da Prelada – 45% do Cash-Flow gerado em 2007 (previsional) 4.2 m3 €
- Centro Hospitalar Conde de Ferreira – valor estimado do investimento 3.5 m3 €

4. Ao nível da Manutenção

Afectação de 25% do valor global das rendas cobradas para manutenção e conservação do Património 1.0 m3 €

Face aos números projectados, os Resultados Líquidos Previsionais, que se estimam atingir o valor de 4.709.160 €, estão, essencialmente, dependentes da estabilização do volume de serviços a prestar no Hospital da Prelada.



PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO

ORÇAMENTO CONSOLIDADO

	RUBRICA	ORÇAMº/2008 €
71	Vendas	714.514
72	Prestação de Serviços	51.066.990
721	Matriculas e Mensalidades	2.293.820
722/9	Outras	48.773.170
75	Trabalhos para a Própria Instituição	457.330
758	Para Autoconsumos	54.897
751/5	Para Outros	402.432
73	Proveitos Suplementares	502.611
74	Comparticipações e Subsídios à Exploração	3.128.284
7411	Do Centro Regional de Segurança Social	2.734.597
7412/8	Outros	385.526
742/9	De Outros Sectores	8.160
76	Outros Proveitos Operacionais	193.423
	Varição da Produção	0
	Total dos Proveitos Operacionais (1)	56.063.152
61	Custo Mercadorias Vendidas Matérias Consumidas	8.328.382
61611	Géneros Alimentares	340.301
61-61611	Outros	7.988.082
62	Fornecimentos e Serviços Externos	11.352.109
6211	Subcontratos/Exploração de Refeitórios	2.491.258
6212	Subcontratos/Lavandaria e Outros	2.677.277
6221/4	Electricidade, Combustíveis, Água e Outros Flúidos	1.652.033
62217	Material de Escritório	11.802
*	Outros Fornecimentos Externos	4.519.739
64	Custos com o Pessoal	34.426.316
6411	Remunerações Certas	20.060.518
6412	Remunerações Adicionais	7.711.928
643	Formação Profissional	75.000
644	Pensões	1.116.688
645	Encargos Sobre Remunerações	5.056.842
646	Seguros	218.043
647/8	Outros Custos com o Pessoal	187.298
66	Amortizações	2.318.919
67	Provisões	0
63	Impostos	13.638
65	Benefícios Processados Outros Custos Operacionais	91.705
652	Outros custos operacionais	91.705
	Total dos Custos Operacionais (2)	56.531.070
78	Proveitos e Ganhos Financeiros (4)	5.140.699
68	Custos e Perdas Financeiras (5)	376.496
79	Proveitos e Ganhos Extraordinários (7)	520.215
69	Custos e Perdas Extraordinárias (8)	107.340
81	Resultados Operacionais (1)-(2)=(3)	-467.918
82	Resultados Financeiros (4)-(5)=(6)	4.764.203
83	Resultados Correntes (3)+(6)	4.296.285
84	Resultados Extraordinários (7)-(8)=(9)	412.875
88	Resultados Líquidos Previsionais (3)+(6)+(9)	4.709.160

* 62-(6211/2+6221/4+62217)

PLANO DE ACTIVIDADES E ORÇAMENTO



CONTA	ÁREA DA SAÚDE		ÁREA SOCIAL	ÁREA ENSINO, FORMAÇÃO PROFISSIONAL E ENSINO SUPERIOR	ÁREA BEM ESTAR E AMBIENTE	ÁREA DO CULTO E CULTURA	DEPART. ^{OS} CENTRAIS E OUT.ACTIVID.
	HOSPITAL DA PRELADA	CENTRO HOSPITALAR CONDE FERREIRA					
	€	€					
71	0	74.303	475.723	25.577	137.515	484	911
72	41.772.837	3.847.209	4.275.088	1.167.516	1.710	2.430	200
721	0	0	1.369.794	924.026	0	0	0
722/9	41.772.837	3.847.209	2.905.294	243.490	1.710	2.430	200
75	27.000	0	795	41.751	86.243	0	301.541
758	27.000	0	0	22.786	0	0	5.111
751/5	0	0	795	18.965	86.243	0	296.430
73	159.500	195.953	20.238	42.272	0	1.735	82.913
74	0	183.172	1.386.811	1.558.301	0	0	0
7411	0	0	1.386.811	1.347.786	0	0	0
7412/8	0	183.172	0	202.355	0	0	0
742/9	0	0	0	8.160	0	0	0
76	36.000	0	0	0	0	0	157.423
	0	0	0	0	0	0	0
	41.995.337	4.300.636	6.158.655	2.835.418	225.468	4.649	542.989
61	6.462.318	579.326	1.055.121	162.168	8.551	5.500	55.398
61611	0	0	310.142	29.685	473	0	0
61-61611	6.462.318	579.326	744.979	132.482	8.078	5.500	55.398
62	6.090.094	1.107.054	2.614.177	742.983	124.537	46.637	626.627
6211	1.112.023	553.891	663.209	162.135	0	0	0
6212	2.275.603	63.441	338.233	0	0	0	0
6221/4	779.000	225.807	465.848	85.731	25.181	1.485	68.981
62217	6.048	2.397	232	288	183	0	2.654
*	1.917.420	261.518	1.146.655	494.829	99.174	45.152	554.992
64	20.734.339	3.884.364	3.379.085	2.980.633	256.327	234.943	2.956.625
6411	11.023.998	2.678.522	2.368.342	2.263.242	187.865	188.545	1.350.003
6412	6.325.830	578.580	444.916	221.233	27.008	13.091	101.269
643	0	0	0	0	0	0	75.000
644	0	0	0	0	0	0	1.116.688
645	3.175.936	583.881	496.476	466.772	38.500	30.912	264.365
646	117.875	37.299	28.818	20.058	1.902	1.662	10.429
647/8	90.700	6.081	40.534	9.327	1.051	733	38.872
66	1.832.370	40.372	159.210	80.624	78.161	11.240	116.942
67	0	0	0	0	0	0	0
63	0	0	2.494	999	9	170	9.966
65	64.000	0	6.674	0	180	0	20.851
652	64.000	0	6.674	0	180	0	20.851
	35.183.121	5.611.117	7.216.761	3.967.407	467.766	298.489	3.786.409
78	139.300	5.358	11.075	15.897	0	0	4.969.068
68	1.200	1.269	223	0	0	0	373.804
79	0	0	232.810	2.140	52.370	1.987	230.908
69	0	0	68.620	0	0	0	38.720
81	6.812.216	-1.310.481	-1.058.106	-1.131.989	-242.298	-293.840	-3.243.420
82	138.100	4.090	10.852	15.897	0	0	4.595.264
83	6.950.316	-1.306.391	-1.047.254	-1.116.092	-242.298	-293.840	1.351.844
84	0	0	164.190	2.140	52.370	1.987	192.188
88	6.950.316	-1.306.391	-883.064	-1.113.952	-189.928	-291.853	1.544.031

ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

CONSOLIDADO

(Em Euros)

	AUTOFINAN- CIAMENTO (A)	SUBSÍDIOS		OUTOS FINANCIAM. (B)	TOTAL
		PIDDAC	OUTROS		
INVESTIMENTOS PREVISTOS:					
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
A					
B	790.000				790.000
C	1.600.000				1.600.000
D	2.020.000				2.020.000
E	4.350.000				4.350.000
G					
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:					
F	1.190.000				1.190.000
REEMBOLSO DE EMPRÉSTIMOS ANTERIORES A MÉDIO E LONGO PRAZO					
TOTAL	9.950.000				9.950.000

(A) RESULTADO LÍQUIDO + RESULTADOS TRANSITADOS

(B) EMPRÉSTIMOS A MÉDIO E LONGO PRAZO (BANCÁRIOS, DE ASSOCIADOS, OUTROS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS) + DOAÇÕES +
+ DESINVESTIMENTOS (VALOR CONTABILÍSTICO LÍQUIDO)

ORÇAMENTO DE DESINVESTIMENTOS

(Em Euros)

	VALOR	TOTAL
DESINVESTIMENTOS:		
DIMINUIÇÃO DE INVESTIMENTOS FINANCEIROS A MÉDIO E LONGO PRAZO		
DIMINUIÇÃO DE IMOBILIZAÇÕES		



PARECER DO DEFINITÓRIO

O Plano de Actividades e Orçamento, proposto pela Mesa Administrativa para 2008, respeita, de forma estruturada, os princípios programáticos anunciados, aquando a sua candidatura, em que os membros do Definitório estavam incluídos.

As iniciativas projectadas e a metodologia com que se pretende concretizá-las, merecem o apoio do Definitório, pelo que se propõe a sua aprovação por parte da Assembleia Geral dos Irmãos.

09 - Novembro - 2007

O Presidente do Definitório,



(Levi Eugénio Guerra, Prof. Doutor)